

RECURSOS

RECURSO - Gabarito Preliminar/Questões da Prova Objetiva

INSCRIÇÃO	NOME	VAGA	PARECER	RESPOSTA
772926	FLÁVIA MORETTO DALCANALE	AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - TIMBÓ	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Pontuação, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Pontuação. Assertiva I: Verdadeiro. Ainda que, em alguns casos de adjunto adverbial anteposto ser possível não usar vírgula, a regra não considera seu uso como equivocado. Explica Azeredo: "A vírgula é tipicamente empregada nos casos de separação do adjunto adverbial anteposto. Opcional quando o adjunto é um advérbio ou sintagma preposicional estritamente circunstancial (de tempo, lugar ou modo), a vírgula se torna, porém, necessária se o adjunto tem função modalizadora ou é uma oração, desenvolvida ou reduzida" (p.561). Portanto, ela é necessária na primeira ocorrência e opcional na segunda. Sendo opcional, o autor do texto optou por usá-la considerando que se trata de um adjunto adverbial anteposto ao verbo. Assertiva II: Verdadeiro. O trecho "redução das chuvas, estiagens, queda no nível dos rios, pressão sobre o abastecimento" é uma coordenação de termos sem a utilização de conectivo (coordenação assindética). Essa coordenação é seguida de "e aumento do risco de queimadas", marcada pela conjunção apenas entre o penúltimo e o último item. (p.560) Assertiva III: Verdadeiro. A oração "explica a associação" é uma oração justaposta acrescentada para registrar um ato de fala. A vírgula também é necessária nesse contexto. (p.562) AZEREDO. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.
772926	FLÁVIA MORETTO DALCANALE	AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - TIMBÓ	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Identificação de gêneros textuais e sua função e uso social., estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Identificação de gêneros textuais e sua função e uso social. Ao analisar as sentenças, o candidato deve considerar o texto como um todo, lendo-o e interpretando-o, assim como as alternativas integralmente. Não basta analisar e tomar decisão apenas pela classificação de gênero do texto. Apesar dos gêneros textuais notícia e reportagem se aproximarem, eles não são o mesmo. A alternativa "O texto é uma reportagem e busca informar o leitor com profundidade e riqueza de detalhes, dados científicos, estatísticas, entrevista com autoridades etc" não é a correta. O texto não apresenta profundidade e riqueza de detalhes, de dados científicos, estatísticas, etc. Inclusive, observa-se a extensão do texto: breve, curto, objetivo. Veja que o foco do texto é noticiar o lançamento do Guia para orientar as prefeituras na prevenção de impactos do El Niño e todos os recursos utilizados pelo autor são para dar subsídios a essa notícia. Não há aprofundamento, nem riqueza de detalhes. Desse modo, a alternativa correta é: "O texto é uma notícia e tem como objetivo informar o leitor a respeito do guia que orientará as prefeituras sobre como prevenir os impactos do El Niño". Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.
772926	FLÁVIA MORETTO DALCANALE	AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - TIMBÓ	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Colocação Pronominal, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Colocação Pronominal. Primeiramente esclarece-se que esta é uma prova de língua portuguesa e que está, entre os conhecimentos avaliados, aqueles referentes à gramática normativa do português brasileiro. Portanto, ainda que, na informalidade, antepor o pronome ao verbo seja uma prática possível, a questão avalia os conhecimentos referentes ao contexto formal de uso da língua escrita. A respeito dos itens I e III, objetos de questionamento via recurso: I.Se propõe mostrar que o mundo tem muito a aprender com as soluções criadas no interior do Nordeste brasileiro. - A colocação está equivocada, pois "não se inicia período por pronome átono" (p. 625). III.É preciso reforçar a importância ambiental e climática do bioma Caatinga, muitas vezes desprezado no debate ambiental brasileiro, o valorizando e o protegendo. - A colocação está equivocada porque "não se antepõe pronome átono a verbo no gerúndio inicial de oração reduzida" (p. 627). BECHARA. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.
772926	FLÁVIA MORETTO DALCANALE	AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - TIMBÓ	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Concordância Nominal, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Concordância Nominal e Verbal. A respeito da resposta correta, a saber: Ela mesma disse todas as angústias que estavam sufocando sua alma. Não guardou nada para si, não há nenhum problema em sua redação. O verbo "dizer" pede complemento direto, o qual é exercido por "todas as angústias que estavam sufocando sua alma". Isso posto, no que se refere à concordância nominal de "mesma" está correta. A respeito das alternativas sob questionamento via recurso: Em A declaração, as fotografias e todas as anotações que havia sobre o caso foram entregues anexo à carta, a concordância está incorreta porque a palavra "anexo", nesse contexto, é uma adjetivo e deve concordar com a(s) palavra(s) determinada(s): A declaração, as fotografias e todas as anotações que havia sobre o caso foram entregues anexas à carta. Ele será invariável se compuser a locução "em anexo". Não é o caso da alternativa. Em Os trilheiros caminharam só por várias horas até encontrarem o outro grupo, a concordância não está correta porque a palavra "só" (sozinho) é um adjetivo, portanto, deve concordar em gênero e número com a palavra a que se refere. No caso de ser um advérbio, portanto, tendo o sentido de "somente, apenas", é invariável. Veja a diferença de sentido: Os trilheiros caminharam sós (sozinhos) até encontrarem outro grupo. Os trilheiros caminharam só (somente, apenas) até encontrarem outro grupo. Portanto, o correto é: Os trilheiros caminharam sós por várias horas até encontrarem o outro grupo. BECHARA. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. p. 575-577. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.

RECURSOS

INSCRIÇÃO	NOME	VAGA	PARECER	RESPOSTA
772926	FLÁVIA MORETTO DALCANALE	AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - TIMBÓ	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é legalidade, impessoalidade e motivação no exercício da função administrativa, estando, portanto, vinculado aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Administração Pública - organização administrativa, princípios, poderes, atos administrativos e noções de direito administrativo. A questão não restringe a análise ao rol literal dos princípios expressamente previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal. O conteúdo programático contempla, além de princípios da Administração Pública, atos administrativos e noções de direito administrativo. Nesse contexto, a motivação aparece como elemento diretamente relacionado ao controle dos atos administrativos, especialmente quando decisões administrativas afetam direitos ou interesses dos administrados. Assertiva I: A legalidade exige que o agente atue dentro das competências e dos procedimentos definidos pelo ordenamento. Correção/Incorreção: Correta. Fundamento: A assertiva está adequada ao princípio da legalidade administrativa. Na Administração Pública, a atuação do agente deve observar os limites de competência, forma e procedimento definidos pelo ordenamento. Não se trata de liberdade ampla de atuação, mas de exercício funcional vinculado às atribuições e ao modo de agir juridicamente estabelecidos. Assertiva II: A impessoalidade é atendida quando o órgão define internamente ordem de prioridade fundada na relevância social do caso, ainda que os critérios não sejam divulgados aos interessados. Correção/Incorreção: Incorreta. Fundamento: A assertiva está incorreta porque a impessoalidade exige tratamento orientado por critérios objetivos, verificáveis e aplicáveis de modo uniforme aos interessados. A relevância social pode justificar a definição de prioridades, mas essa prioridade precisa ser traduzida em critérios conhecidos, controláveis e compatíveis com a publicidade administrativa. Critérios mantidos apenas internamente dificultam o controle e podem comprometer a isonomia entre os administrados. Assertiva III: A motivação favorece o controle das decisões que afetem direitos ou interesses. Correção/Incorreção: Correta. Fundamento: A assertiva está correta porque a motivação permite conhecer as razões que levaram a Administração a decidir de determinada forma. Ao explicitar os fundamentos de uma decisão, a Administração torna possível verificar se o ato respeitou competência, finalidade, interesse público, razoabilidade e coerência com os fatos considerados. Por isso, a motivação favorece o controle interno, externo e social das decisões administrativas que afetem direitos ou interesses. A alegação de que a terceira assertiva geraria dúvida por não tratar de princípio expresso no caput do art. 37 da Constituição Federal não procede. O enunciado não afirmou que todas as assertivas deveriam se limitar exclusivamente ao rol constitucional literal. Além disso, o edital não restringiu o conteúdo a esse rol, pois também previu atos administrativos e noções de direito administrativo. Assim, a referência à motivação é compatível com o conteúdo programático, pois se relaciona diretamente à fundamentação e ao controle dos atos administrativos. A sequência correta é V - F - V. A primeira assertiva é verdadeira, pois a legalidade exige atuação conforme competências e procedimentos definidos pelo ordenamento. A segunda é falsa, pois a impessoalidade não se satisfaz com critérios internos de prioridade não divulgados aos interessados. A terceira é verdadeira, pois a motivação permite compreender e controlar as razões das decisões administrativas que afetem direitos ou interesses. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.
772926	FLÁVIA MORETTO DALCANALE	AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - TIMBÓ	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é preparação, revisão, controle e expedição de documentos digitais em rotinas administrativas, estando, portanto, vinculado aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: redação oficial, correspondência oficial, produção, edição, formatação, conferência, tramitação, expedição e controle de documentos físicos e digitais; uso de sistemas informatizados, editores de texto, ferramentas colaborativas e recursos tecnológicos aplicados às rotinas administrativas. A questão trata de cuidados básicos antes da expedição de um documento digital. O candidato deveria identificar quais providências preservam a confiabilidade da versão final, a clareza do documento, sua funcionalidade e sua acessibilidade. Nesse contexto, a discussão não envolve a possibilidade excepcional de uso de imagem em alguma situação específica, mas a adoção da conversão em imagem como padrão de proteção de documento digital, mesmo com eliminação da pesquisa textual. Assertiva I: Alterações controladas e comentários devem ser resolvidos antes da identificação da versão final. Correção/Incorreção: Correta. Fundamento: A assertiva está correta, pois um documento destinado à expedição deve estar revisado e estabilizado antes de ser identificado como versão final. Comentários pendentes, marcações de revisão ou alterações não resolvidas indicam que o documento ainda se encontra em fase de edição ou conferência. A manutenção desses elementos compromete a segurança da versão expedida, dificulta a identificação do conteúdo aprovado e pode gerar divergências sobre o texto efetivamente validado. Assertiva II: A conversão do documento em imagem pode ser adotada como padrão de proteção, ainda que elimine a pesquisa textual, desde que preserve a aparência visual. Correção/Incorreção: Incorreta. Fundamento: A assertiva está incorreta porque a preservação da aparência visual, isoladamente, não é critério suficiente para definir um padrão adequado de proteção de documentos digitais. A conversão em imagem pode, em situações específicas, ser utilizada para representação visual ou reprodução de determinado conteúdo. Contudo, a assertiva afirma que essa conversão poderia ser adotada como padrão de proteção, mesmo eliminando pesquisa textual. Esse ponto torna a proposição inadequada. Documentos digitais administrativos não se reduzem à aparência. Eles precisam manter condições de leitura, busca, conferência, recuperação da informação, acessibilidade e controle. Eliminar a pesquisa textual como prática padrão prejudica a localização de informações, dificulta o tratamento administrativo do documento e pode afetar usuários que dependem de recursos de acessibilidade. Além disso, transformar o arquivo em imagem não garante, por si só, autenticidade, integridade ou controle adequado de alterações. A proteção da versão final deve ocorrer por procedimentos de revisão, aprovação, controle de acesso, bloqueio de alterações indevidas e guarda adequada, e não pela simples perda de funcionalidades do documento. A alegação recursal de que a imagem pode preservar a aparência visual não afasta a incorreção da assertiva. O problema não está em admitir que imagens possam existir em determinadas rotinas, mas em considerar adequado adotá-las como padrão de proteção ainda que eliminem a pesquisa textual. A questão avalia a preparação regular de documento digital para expedição, situação em que a funcionalidade do documento também deve ser preservada. Assertiva III: Estilos consistentes, títulos claros e identificação de tabelas favorecem compreensão e acessibilidade. Correção/Incorreção: Correta. Fundamento: A assertiva está correta. A padronização de estilos, o uso de títulos claros e a identificação adequada de tabelas favorecem a organização do documento, a leitura, a localização de informações e a compreensão do conteúdo. Também contribuem para a acessibilidade, pois permitem melhor navegação, estruturação e interpretação do documento por diferentes usuários e ferramentas digitais. A sequência correta é, portanto, a que considera verdadeiras as assertivas I e III, e falsa a assertiva II. A primeira assertiva reconhece a necessidade de resolver pendências antes da versão final; a segunda erra ao admitir como padrão a conversão em imagem com perda de pesquisa textual; a terceira acerta ao relacionar estrutura e formatação consistentes à compreensão e à acessibilidade. A alegação de que haveria interpretação distinta da assertiva II não procede. A redação não trata de uso excepcional, cópia ilustrativa, imagem anexa ou reprodução visual em situação específica. Ela afirma que a conversão em imagem pode ser adotada como padrão de proteção, ainda que elimine a pesquisa textual. Essa formulação é incompatível com a gestão adequada de documentos digitais em rotinas administrativas, pois aceita como padrão uma prática que reduz funcionalidade, busca e acessibilidade. Somente a proposição que considera corretas as assertivas I e III preserva a lógica de preparação adequada de documento digital para expedição, com revisão concluída, estrutura compreensível e manutenção de funcionalidades essenciais. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.

RECURSOS

INSCRIÇÃO	NOME	VAGA	PARECER	RESPOSTA
772926	FLÁVIA MORETTO DALCANALE	AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - TIMBÓ	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é delegação de competência no âmbito da Administração Pública, estando, portanto, vinculado aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Administração Pública - organização administrativa, princípios, poderes, atos administrativos e noções de direito administrativo; rotinas administrativas, funções administrativas e apoio administrativo; tramitação, expedição e controle de documentos físicos e digitais. A questão descreve situação em que o secretário municipal, por ato publicado, transfere a um diretor a assinatura de determinados expedientes, define limites para essa atuação, mantém supervisão e prevê possibilidade de revogação. Esses elementos caracterizam delegação de competência, e não desconcentração administrativa. A proposição considerada correta é aquela que afirma tratar-se de delegação de competência, limitada pelo ato e pela lei, sem transferência da titularidade ao diretor. Na delegação, o que se transfere é o exercício de determinada competência, dentro dos limites definidos no ato delegatório. A titularidade da competência permanece com a autoridade delegante, que conserva poder de supervisão e pode revogar a delegação, conforme os limites legais e administrativos aplicáveis. A alegação de que a situação também poderia ser compreendida como desconcentração administrativa não procede. A desconcentração corresponde à distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica, normalmente por norma de organização administrativa, com criação ou delimitação de atribuições próprias de órgãos ou unidades. No caso apresentado, porém, não há criação de nova competência originária, permanente e própria para a unidade subordinada. Há apenas delegação pontual e limitada da assinatura de determinados expedientes. O fato de o diretor integrar a mesma estrutura administrativa do Município não transforma automaticamente a medida em desconcentração. A delegação também ocorre dentro da estrutura administrativa, entre autoridades ou órgãos integrantes da mesma pessoa jurídica. O elemento decisivo, no enunciado, é a existência de ato formal de delegação, com limites, supervisão e possibilidade de revogação. Esses elementos são incompatíveis com a ideia de competência originária e permanente própria da desconcentração. A proposição que trata a situação como descentralização por serviços não se sustenta, pois não houve transferência da atividade a nova pessoa jurídica integrante da Administração Indireta. A proposição que trata o caso como delegação contratual de serviço público também está incorreta, pois não há particular, contrato nem transferência da execução de serviço público por prazo determinado. A proposição que define o caso como desconcentração administrativa não prevalece, porque o enunciado descreve delegação formal e revogável, e não criação de competência originária e permanente. A proposição que fala em avocação administrativa igualmente está incorreta, pois a avocação é movimento inverso: ocorre quando a autoridade superior chama para si atribuição normalmente exercida por subordinado. O enunciado fornece elementos suficientes para afastar a desconcentração e identificar a delegação de competência: ato publicado, delimitação de matérias, manutenção da supervisão e possibilidade de revogação. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.
773002	MILLENA DA COSTA	AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - TIMBÓ	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Concordância Nominal, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Concordância Nominal e Verbal. A respeito da resposta correta, a saber: Ela mesma disse todas as angústias que estavam sufocando sua alma. Não guardou nada para si, não há nenhum problema em sua redação. O verbo "dizer" pede complemento direto, o qual é exercido por "todas as angústias que estavam sufocando sua alma". Isso posto, no que se refere à concordância nominal de "mesma" está correta. A respeito das alternativas sob questionamento via recurso: Em A declaração, as fotografias e todas as anotações que havia sobre o caso foram entregues anexo à carta, a concordância está incorreta porque a palavra "anexo", nesse contexto, é uma adjetivo e deve concordar com a(s) palavra(s) determinada(s): A declaração, as fotografias e todas as anotações que havia sobre o caso foram entregues anexas à carta. Ele será invariável se compuser a locução "em anexo". Não é o caso da alternativa. Em Os trilheiros caminharam só por várias horas até encontrarem o outro grupo, a concordância não está correta porque a palavra "só" (sozinho) é um adjetivo, portanto, deve concordar em gênero e número com a palavra a que se refere. No caso de ser um advérbio, portanto, tendo o sentido de "somente, apenas", é invariável. Veja a diferença de sentido: Os trilheiros caminharam sós (sozinhos) até encontrarem outro grupo. Os trilheiros caminharam só (somente, apenas) até encontrarem outro grupo. Portanto, o correto é: Os trilheiros caminharam sós por várias horas até encontrarem o outro grupo. BECHARA. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. p. 575-577. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.
773002	MILLENA DA COSTA	AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - TIMBÓ	INDEFERIDO	Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados a seguir: O tema da questão é Colocação Pronominal, estando, portanto, vinculada aos seguintes itens do conteúdo programático previsto no edital: Colocação Pronominal. Primeiramente esclarece-se que esta é uma prova de língua portuguesa e que está, entre os conhecimentos avaliados, aqueles referentes à gramática normativa do português brasileiro. Portanto, ainda que, na informalidade, antepor o pronome ao verbo seja uma prática possível, a questão avalia os conhecimentos referentes ao contexto formal de uso da língua escrita. A respeito dos itens I e III, objetos de questionamento via recurso: I. Se propõe mostrar que o mundo tem muito a aprender com as soluções criadas no interior do Nordeste brasileiro. - A colocação está equivocada, pois "não se inicia período por pronome átono" (p. 625). III. É preciso reforçar a importância ambiental e climática do bioma Caatinga, muitas vezes desprezado no debate ambiental brasileiro, o valorizando e o protegendo. - A colocação está equivocada porque "não se antepõe pronome átono a verbo no gerúndio inicial de oração reduzida" (p. 627). BECHARA. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2024. Pelo exposto, recurso INDEFERIDO.